

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores acionistas,** A Berkley International do Brasil Seguros S.A., é uma Seguradora de capital estrangeiro, tendo obtido aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Brasil em janeiro de 2006, com início efetivo das operações em março do mesmo ano. A Berkley atua nos segmentos de seguro Garantia e Engenharia, ambos com ênfase para os pequenos e médios negócios onde se consolidou como uma das principais seguradoras deste mercado; bem como nos seguros de Transportes, Responsabilidade Civil Geral e Profissional, Entretenimento, Equipamentos, além de recentemente ter ingressado no mercado de Acidentes Pessoais. A Seguradora apresentou incremento da receita de prêmios emitidos da ordem de 18,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo o bom desempenho das carteiras administradas pela empresa e o acerto das decisões estratégicas implementadas. Os ativos totais no valor de R\$ 521 milhões são 23% superiores quando comparados com a posição em 31 de dezembro de 2016. O total das provisões técnicas atingiu o montante de R\$ 354 milhões, um acréscimo de 30% quando comparado aos R\$ 272,7 milhões de 31 de dezembro de 2016. O resultado do exercício de 2017 apresenta um lucro líquido de R\$ 5,4 milhões

comparado com um lucro líquido de R\$ 19,2 milhões ao final de 2016. **Recursos Humanos:** A Berkley entende que tem no seu quadro de colaboradores um de seus grandes diferenciais competitivos e por isso valoriza a gestão de pessoas. Visando atender às necessidades do mercado e ao potencial de crescimento das operações, a Berkley investe permanentemente na formação e aperfeiçoamento de seus colaboradores, bem como na adequação de sua estrutura organizacional. Não houve durante o período alteração da estrutura societária na Berkley e, consequentemente, na relação com as empresas controladoras. **Governança Corporativa:** A Berkley busca o constante desenvolvimento de controles internos e melhoria dos processos operacionais. A Seguradora estabeleceu um comitê específico, constituído por executivos da Berkley para acompanhar estes trabalhos. **Futuro:** A diretoria e os acionistas da Berkley mantêm suas expectativas quanto ao crescimento sustentável de suas operações no Brasil, bem como na continuidade dos investimentos previstos para o futuro. Todas as ações determinadas no plano estratégico estão sendo adotadas visando a melhoria contínua dos resultados nos próximos exercícios. Investimento nos profissionais e em tecnologia da informação; rígida política de subscrição;

resultando com ganho de escala; controle das despesas administrativas; melhoria constante da eficiência operacional, com foco na qualidade dos serviços oferecidos aos corretores e clientes, continuam sendo os pilares que sustentarão o futuro de nossa operação. **Distribuição de Lucros:** Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. **Agradecimentos:** Agradecemos para reiterar nossos agradecimentos aos senhores corretores, que constituem o único e exclusivo canal de distribuição de nossos produtos, ratificando, portanto, nossa intenção de estreitar e aperfeiçoar ainda mais o nosso relacionamento. Agradecemos, ainda, a SUSEP, a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização e todos os Sindicatos do mercado Segurador pela orientação e atenção que nos prestaram, aos nossos parceiros resseguradores, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação durante o exercício. São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)**

	Nota	2017	2016
<b>Ativo Circulante</b>		<b>448.705</b>	<b>350.596</b>
Disponível	5	2.913	8.431
Caixa e bancos		2.913	8.431
<b>Ativos de curto prazo</b>	<b>6</b>	<b>208.019</b>	<b>163.252</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>109.275</b>	<b>84.441</b>	
Prêmios a receber	7	77.022	56.091
Operações com seguradoras		6.156	2.249
Operações com resseguradoras	10	26.097	26.101
<b>Ativos de resseguro - Provisões técnicas</b>	<b>13</b>	<b>74.423</b>	<b>62.042</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>4.024</b>	<b>2.065</b>	
Títulos e créditos a receber		2.129	1.191
Créditos tributários e previdenciários	8	1.076	819
Outros créditos		819	874
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>13</b>	<b>767</b>	<b>416</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>13</b>	<b>37.659</b>	<b>29.949</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>84.586</b>	<b>72.947</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>17.433</b>	<b>17</b>	
Prêmios a receber	7	1.743	17
<b>Ativos de resseguro - Provisões técnicas</b>	<b>13</b>	<b>35.219</b>	<b>33.881</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>12.138</b>	<b>13.259</b>	
Títulos e créditos a receber		2.330	2.330
Depósitos judiciais		9.808	10.929
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>13</b>	<b>20.955</b>	<b>14.335</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>11</b>	<b>5.424</b>	<b>3.544</b>
Bens móveis		2.336	3.244
Outras imobilizações		3.088	300
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>9.107</b>	<b>7.911</b>
Outros intangíveis		9.107	7.911
<b>Total do ativo</b>		<b>521.666</b>	<b>423.543</b>

	Nota	2017	2016
<b>Passivo Circulante</b>		<b>336.989</b>	<b>272.494</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>6.877</b>	<b>14.254</b>	
Obrigações a pagar		3.040	7.836
Impostos e encargos sociais a recolher		824	1.468
Encargos trabalhistas		2.274	1.999
Impostos e contribuições	9	739	2.951
<b>Débitos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>70.122</b>	<b>58.097</b>	
Prêmios a restituir		457	140
Operações com seguradoras		11.697	7.285
Operações com resseguradoras	10	38.585	39.349
Corretores de seguros e resseguros	12	19.383	11.323
<b>Depósito de terceiros</b>	<b>14</b>	<b>4.722</b>	<b>1.865</b>
Depósito de terceiros		4.722	1.865
<b>Provisões técnicas - seguros - danos</b>	<b>13</b>	<b>243.643</b>	<b>198.278</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>114.232</b>	<b>77.728</b>
<b>Contas a pagar</b>	<b>2.946</b>	<b>1.992</b>	
Tributos diferidos		2.946	1.992
<b>Débitos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>10</b>	<b>1.267</b>	<b>1.267</b>
Operações com resseguradoras		1.267	1.267
<b>Provisões técnicas - seguros - danos</b>	<b>13</b>	<b>110.019</b>	<b>74.469</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>17</b>	<b>82.070</b>	<b>73.321</b>
Capital social		49.523	29.523
Reservas de lucros		32.547	43.798
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>521.666</b>	<b>423.543</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2016</b>	<b>29.523</b>	-	<b>1.700</b>	<b>27.419</b>	-	<b>58.642</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	19.250	19.250
Proposta de distribuição do resultado	-	-	963	13.716	(14.679)	-
Proposta de distribuição de dividendos	-	-	-	-	(4.571)	(4.571)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>29.523</b>	-	<b>2.663</b>	<b>41.135</b>	-	<b>73.321</b>
<b>Saldos em 1º de Janeiro de 2017</b>	<b>29.523</b>	-	<b>2.663</b>	<b>41.135</b>	-	<b>73.321</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	5.480	5.480
Proposta de distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	274	3.904	(4.178)	-
Retenção de dividendos conforme AGE de 28 de março de 2017	-	-	-	4.571	(1.302)	(1.302)
Aumento de capital em aprovação conforme AGE de 28 de março de 2017	-	20.000	-	(20.000)	-	-
Aprovação do aumento do capital social - Portaria SUSEP/DIORG - nº 611 de outubro de 2017	20.000	(20.000)	-	-	-	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>49.523</b>	-	<b>2.937</b>	<b>29.610</b>	-	<b>82.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)**

**1 Contexto Operacional**

A Berkley International do Brasil Seguros S.A. (doravante "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de dezembro de 2005 conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição, e em 25 de janeiro de 2006 por meio da Portaria SUSEP 2.365 obtendo autorização para início de suas operações. A Seguradora está domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubistchek, 1.455 - 15º andar - sala 151, em São Paulo, Estado de São Paulo - e é subsidiária da Berkley International Brasil Participações Ltda., sendo o controlador final a W.R. Berkley Corporation. A Seguradora opera em seguros de ramos elementares em todo território nacional, especificamente nos ramos de garantia, engenharia, transportes, responsabilidade civil: E&O (RC Profissional), D&O (Directors and Officers) e responsabilidade civil geral (RCG). Estas Demonstrações Financeiras da Berkley International do Brasil Seguros S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2018.

**2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

a) **Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com a Circular nº 517/15 e alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. b) **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio. c) **Base para mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. d) **Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera, exceto quando indicado de outra forma. As informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. e) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil; • Notas 3.1 e 3.2 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.c e 6 - Aplicações (Instrumentos Financeiros); • Notas 3.i e 12 - Provisões técnicas; e • Notas 3.l e 15 - Provisões judiciais.

**3 Resumo das Principais Práticas Contábeis**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. a) **Disponível (Caixa e Bancos):** São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. b) **Reconhecimento de receita:** • Os prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. • Os saldos relativos aos riscos vigentes, mas não emitidos são calculados com base em metodologia atuarial. • As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. c) **Instrumentos financeiros:** 1. Ativos financeiros: A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora adquire investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Na data das Demonstrações Financeiras, a Seguradora não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria. iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado. iv) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber". v) **Determinação do valor justo:** Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima. Os fundos de investimento são valorizados com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme apurado e informado pelos gestores dos respectivos fundos. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas no Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e Cetip - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos. vi) **Redução do valor recuperável dos ativos financeiros:** A Seguradora avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. vii) **Redução ao valor recuperável de prêmios a receber:** A Companhia constitui Redução ao valor recuperável sobre os prêmios vencidos a mais de 60 dias, utilizando como base os prêmios pendentes do mês de fechamento, líquidos de Coesseguro e Resseguro. viii) **Redução ao valor recuperável de sinistros pagos a recuperar:** A Companhia efetua a Redução ao valor recuperável sobre os prêmios pagos a recuperar no período de inadimplência superior 180 (cento e oitenta) dias. Nos contratos de cotas-share, levando em consideração as características da operação, são deduzidos eventuais valores a pagar devidos nos mesmos acertos de contas trimestrais afim de considerar apenas os valores expostos a riscos de crédito. Nas operações de contratos facultativos, excesso de danos ou responsabilidade são considerados o valor a receber sem nenhum tipo de dedução. d) **Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios, equipamentos, instalações e veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício conforme incorridos. I. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	Depreciação ao ano %
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	5 anos	20%
Equipamentos	5 anos	20%
Instalações	5 anos	20%

e) **Ativo intangível:** Composto por gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo os custos de mão de obra direta, são reconhecidos como ativos intangíveis somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema

**4 Gerenciamento de Riscos**

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. f) **Imparidade de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. g) **Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas a custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro, são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. h) **Classificação dos contratos de seguro:** Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os contratos de resseguro também são classificados como "Contratos de seguro", pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros e registrados contabilmente conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado conforme decorre a vigência do risco. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-dia" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. i) **Provisões técnicas - Seguros e Resseguros:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15, da Resolução CNSP nº 321/15, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: • A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata-dia", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso ou a data de início de vigência, o que ocorrer primeiro. • A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste de diferença entre os valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocadas em função de metodologias atuariais, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de coesseguro aceito e líquida das operações de coesseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) abrange os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. • Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da Seguradora seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela Seguradora. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocadas em função de metodologias atuariais, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de coesseguro aceito e líquida das operações de coesseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) abrange os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. • Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da Seguradora seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela Seguradora. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocadas em função de metodologias atuariais, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de coesseguro aceito e líquida das operações de coesseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) abrange os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. • Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da Seguradora seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela Seguradora. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocadas em função de metodologias atuariais, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de coesseguro aceito e líquida das operações de coesseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) abrange os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. • Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da Seguradora seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela Seguradora. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocadas em função de metodologias atuariais, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de coesseguro aceito e líquida das operações de coesseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) abrange os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. • Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da Seguradora seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela Seguradora. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocadas em função de metodologias atuariais, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de coesseguro aceito e líquida das operações de coesseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) abrange os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. • Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da Seguradora seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela Seguradora. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocadas em função de metodologias atuariais, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de coesseguro aceito e líquida das operações de coesseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) abrange os valores relativos a indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado. • Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da Seguradora seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segurada, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela Seguradora. • A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocadas em função de metodologias atuariais, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na Seguradora. • A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP em conformidade com a legislação vigente. Principais Premissas nos Passivos: A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a de que a evolução de sinistros futuros da Seguradora seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio dos sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada período. Julgamentos qualitativos adicionais são utilizados para avaliar a extensão em que tendências passadas possam não mais se aplicar no futuro, por exemplo ocorrência única, mudanças nos fatores de mercado como comportamento do público em relação a pedido de pagamento de seguros, condições econômicas, bem como fatores internos como composição de carteira, condições de aplicação e procedimentos de tratamento de sinistros. Julgamento é também utilizado para avaliar a extensão em que fatores externos, como decisões judiciais e legislação governamental, afetam as estimativas. Com essas análises, são definidas, sempre que necessárias mudanças na metodologia de cálculo das provisões e a revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão. Essas medidas contribuem para manter as provisões técnicas em níveis adequados. b) Risco de crédito: A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a natureza financeira da contraparte para honrar suas obrigações e fatores de risco de mercado. A Seguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de crédito: Política de risco de crédito da Seguradora, sendo que a conformidade com a política é monitorada e exposições e transgressões são apresentadas para o comitê de risco da Seguradora. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. Os limites líquidos de exposição são estabelecidos para cada contraparte ou grupos de contrapartes, segmentos por área geográfica ou setor (ou seja, são estabelecidos limites para investimentos, depósitos à vista, operações cambiais e classificação mínima de risco de crédito para investimentos que podem ser mantidos). O resseguro é realizado com contrapartes que possuem boas classificações de crédito e a concentração de risco é evitada mediante a observância das orientações previstas na política relacionada aos limites das contrapartes, estabelecidos anualmente pela diretoria e revisados com frequência. A cada data-base, a Administração da Seguradora realiza uma avaliação de crédito das resseguradoras e atualiza a estratégia de contratação de resseguro, ao mesmo tempo apurando uma provisão adequada para redução no valor recuperável. O risco de crédito atribuído a saldos de clientes, incorridos a partir da falta de pagamento são individualizados para os contratos firmados pela seguradora. Dessa forma, cada operação de prêmio a receber é avaliada em separado. Caso não ocorra o pagamento de uma determinada parcela, o contrato de seguro poderá ser cancelado, com o consequente cancelamento do período de risco a decorrer, sem prejuízos para a Seguradora (vide nota 7). O quadro abaixo apresenta o total de prêmio cedido aos resseguradores de acordo com a classificação de risco de crédito.

Classificação de riscos	31/12/2017		
	Local	Admitida	Total geral
A	10.329	1.772	12.101
A+	-	27.324	27.324
A-	5.877	-	5.877
Baa1	12.985	-	12.985
<b>Total do prêmio de resseguro cedido</b>	<b>29.191</b>	<b>29.096</b>	<b>58.287</b>

Classificação de riscos	31/12/2016		
	Local	Admitida	Total geral
A	7.263	1.245	8.508
A+	-	19.507	19.507
A-	4.358	-	4.358
Baa1	9.130	-	9.130
<b>Total do prêmio de resseguro cedido</b>	<b>20.751</b>	<b>20.753</b>	<b>41.504</b>

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos ativos e passivos financeiros. Com relação a eventos catastróficos, há também um risco de liquidez associado às diferenças de época entre os valores brutos de saídas de caixa e a expectativa de recuperação de valores de resseguro. A Seguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez: Política de risco de liquidez que estabelece a avaliação e a determinação do que constitui risco de liquidez para a Seguradora. A conformidade com a política é monitorada e exposições e transgressões são apresentadas para o comitê de risco da Seguradora. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. O estabelecimento de orientações sobre apropriação de ativos, estrutura de alçadas na carteira e perfis de vencimento dos ativos, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para atender as obrigações previstas nos contratos de seguro e investimento. Definição de planos para financiar contingências que especificam as proporções mínimas de recursos para atender a situações emergenciais, além de identificar de forma específica os eventos que podem recorrer a tais planos. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Os contratos de resseguro da Seguradora possuem cláusulas de adiamento de despesas para o pagamento de sinistros vultosos. Abaixo demonstramos os ativos e passivos financeiros da Seguradora, por data de vencimento:

31/12/2017			
Negociação Ativos	Valor contábil	Menos de um ano	Mais de um ano
Caixa e bancos	2.913	2.913	-
Quotas de fundos de investimento	4.147	4.147	-
Títulos públicos prefixados	203.872	42.165	161.707
Prêmios a receber	78.765	77.022	1.743
Operações com seguradoras	6.156	6.156	-
Operações com resseguradoras	26.097	26.097	-
Ativos de resseguro	109.642	74.423	35.219
Custos de aquisição diferidos	58.614	58.614	-
Despesas Antecipadas	767	767	-
Prêmios a receber	16.162	4.024	12.138
<b>Total de ativos</b>	<b>507.135</b>	<b>296.328</b>	<b>210.807</b>
Contas a pagar	8.520	5.574	2.946
Débitos com operações de seguros	71.389	70.122	1.267
Depósitos de terceiros	4.722	4.722	-
Provisões Técnicas Seguros	353.662	243.643	110.019
<b>Total de passivos</b>	<b>438.293</b>	<b>324.061</b>	<b>114.232</b>

O fluxo normal das operações da Seguradora gera o caixa necessário para a liquidação de todos os compromissos assumidos, sobretudo considerando a classificação da carteira de ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado, que pode ser resgatável a qualquer tempo para quitação das dívidas existentes. d) Risco de mercado: O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço). O atual cenário econômico de pressão sobre as taxas de inflação, não produzindo riscos significativos para a Seguradora, em virtude das aplicações financeiras serem indexadas à essa taxa. Com relação a desvalorização do real frente ao dólar americano, também não aumentam o risco de mercado, em função da representatividade de seguros indexados a essa moeda (vide risco por moeda). A política da Seguradora para risco de mercado estabelece a avaliação e a definição do que constitui o risco de mercado para a Seguradora. O cumprimento da política é constantemente monitorado e avaliado e eventuais exposições e violações comunicadas ao comitê de risco da Seguradora. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. A política para risco de mercado visa: Definir a apropriação de ativos e a estrutura de alçadas na carteira, visando assegurar que os ativos lastreiem passivos específicos de segurados, e que se mantenham ativos para repasse de ganhos e resultados aos titulares de apólices, de forma condizente com suas expectativas. A Seguradora atua como política de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa compostos principalmente por títulos públicos federais. Desta forma, a única exposição ao risco nos investimentos é o risco sistêmico do país. Risco por moeda: Abaixo demonstramos a distribuição do prêmio por moeda de face do contrato para os exercícios de 2017 e 2016:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Prêmios emitidos	%	Prêmios emitidos	%
Real	275.167	96,8%	231.501	96,7%
Dólar	9.086	3,2%	8.023	3,3%
<b>Total</b>	<b>284.253</b>	<b>100,0%</b>	<b>239.524</b>	<b>100,0%</b>

O quadro a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de exposição cambial da Companhia, na data-base do levantamento das demonstrações financeiras:

Descrição	Exposição de Ativos e Passivos em moeda estrangeira	
	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos	-	2.025
Prêmios a Receber	1.474	580
Ativo de Resseguro	683	306
<b>Exposição Ativa</b>	<b>2.157</b>	<b>2.911</b>
Provisões Técnicas	2.878	1.355
Contas a Pagar	650	1.018
<b>Exposição Passiva</b>	<b>3.528</b>	<b>2.373</b>

Sensibilidade à variação cambial: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Variação das premissas	31/12/2017		31/12/2016	
	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado		Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	
Aumento de 10% no preço do Dólar	(40)	71	(40)	71
Redução de 10% no preço do Dólar	36	(65)	36	(65)
Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Seguradora a risco de juros a valor justo. A política adotada pela Seguradora para o risco de taxa de juros determina que a Seguradora administre tal risco mantendo uma combinação adequada entre instrumentos a juros fixos e a juros variáveis. Sensibilidade à taxa de juros: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% na taxa básica de juros, e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais prefixados, por meio das metodologias de cálculo das PUs de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados para a nova taxa de juros, podemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da Seguradora e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado

5 Disponível

Classe de ativo	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativos prefixados - Públicos	Aumento de 1% na taxa SELIC	Ativos prefixados - Públicos	Desconto de 1% na taxa SELIC
		(1.075)		(428)
			1.114	439

Risco Operacional: A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de riscos operacionais na Seguradora é realizada por toda a diretoria por meio da avaliação e melhorias dos procedimentos operacionais que estão disponíveis na intranet. Os procedimentos operacionais têm rotinas padronizadas e registradas em manuais que são periodicamente atualizados e comunicados aos colaboradores. f) Risco de Capital: A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo de atender aos requerimentos de capital mínimo, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela Susep, e para manter o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia de gestão de risco de capital é projetada anualmente e discutida com a Matriz em comum acordo com a definição de crescimento e geração de resultados. Durante o exercício corrente e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme Nota Explicativa nº 18.

6 Aplicações Financeiras

Valor justo por meio do resultado	31/12/2017		31/12/2016	
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 60 dias	Acima de 60 dias
Títulos de renda fixa:				
Letras do Tesouro Nacional	-	14.563	40.208	53.310
Notas do Tesouro Nacional - B	-	27.602	91.393	114.851
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	30.106	29.165
Quotas de Fundos de Investimento	4.147	-	-	4.147
<b>Total</b>	<b>4.147</b>	<b>42.165</b>	<b>161.707</b>	<b>201.473</b>

Valor justo por meio do resultado	31/12/2017		31/12/2016	
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 60 dias	Acima de 60 dias
Títulos de renda fixa:				
Letras do Tesouro Nacional	-	14.992	34.601	48.953
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	11.841	95.854
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	-	3.221
Quotas de Fundos de Investimento	2.743	-	-	2.743
<b>Total</b>	<b>2.743</b>	<b>14.992</b>	<b>11.841</b>	<b>133.676</b>

Valor justo por meio do resultado	31/12/2017		31/12/2016	
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 60 dias	Acima de 60 dias
Títulos de renda fixa:				
Letras do Tesouro Nacional	-	14.992	34.601	48.953
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	11.841	95.854
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	-	3.221
Quotas de Fundos de Investimento	2.743	-	-	2.743
<b>Total</b>	<b>2.743</b>	<b>14.992</b>	<b>11.841</b>	<b>133.676</b>

Valor justo por meio do resultado	31/12/2017		31/12/2016	
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 60 dias	Acima de 60 dias
Títulos de renda fixa:				
Letras do Tesouro Nacional	-	14.992	34.601	48.953
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	11.841	95.854
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	-	3.221
Quotas de Fundos de Investimento	2.743	-	-	2.743
<b>Total</b>	<b>2.743</b>	<b>14.992</b>	<b>11.841</b>	<b>133.676</b>

Valor justo por meio do resultado	31/12/2017		31/12/2016	
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 60 dias	Acima de 60 dias
Títulos de renda fixa:				
Letras do Tesouro Nacional	-	14.992	34.601	48.953
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	11.841	95.854
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	-	3.221
Quotas de Fundos de Investimento	2.743	-	-	2.743
<b>Total</b>	<b>2.743</b>	<b>14.992</b>	<b>11.841</b>	<b>133.676</b>

Valor justo por meio do resultado	31/12/2017		31/12/2016	
	Sem vencimento	1 a 30 dias	31 a 60 dias	Acima de 60 dias
Títulos de renda fixa:				
Letras do Tesouro Nacional	-	14.992	34.601	48.953
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	11.841	95.854
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	-	3.221
Quotas de Fundos de Investimento	2.743	-	-	2.743
<b>Total</b>	<b>2.743</b>	<b>14.992</b>	<b>11.841</b>	<b>133.676</b>

Os títulos da Seguradora são atrelados às reservas soberanas do país, as quais possuem classificação de risco BB- (Standard & Poor's), exceto as Quotas de Fundos de Investimentos. Hierarquia dos ativos financeiros: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias e entre níveis hierárquicos das aplicações financeiras no período de 2017 e 2016. Movimentação dos títulos e valores mobiliários:

Valor justo por meio do resultado	31/12/2016		Aplicações		Resgates		Rendimentos/atualizações		31/12/2017	
	Saldo em									
Títulos de renda fixa:										
Letras do Tesouro Nacional	49.593	-	(1.766)			6.944		54.771		
Notas do Tesouro Nacional - B	107.695	16.698	(16.865)			11.467		118.995		
Notas do Tesouro Nacional - F	3.221	25.259	(553)			2.179		30.106		
Quotas de Fundos de Investimento	2.743	67.914	(66.710)			200		4.147		
<b>Total</b>	<b>163.252</b>	<b>109.871</b>	<b>(85.894)</b>			<b>20.790</b>		<b>208.019</b>		

Valor justo por meio do resultado	31/12/2015		Aplicações		Resgates		Rendimentos/atualizações		31/12/2016	
	Saldo em									
Títulos de renda fixa:										
Letras do Tesouro Nacional	23.786	32.505	(13.633)			6.925		49.583		
Notas do Tesouro Nacional - B	82.178	38.010	(23.207)			10.714		107.695		
Notas do Tesouro Nacional - F	2.689	-	(197)			739		3.221		
Quotas de Fundos de Investimento	20.129	-	(20.000)			2.614		2.743		
<b>Total</b>	<b>128.782</b>	<b>70.515</b>	<b>(57.037)</b>			<b>20.992</b>		<b>163.252</b>		

Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não haviam contratos envolvendo operações de instrumentos financeiros derivativos.

7 Prêmios a Receber

Movimentação de prêmios a receber	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo exercício anterior	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados	Prêmios emitidos
	56.108	352.272	(54.010)	318.297
		(58.889)		(58.889)
		10.472		11.859
		1.025		1.043
		13.614		(173)
		(285.860)		(271.907)
		(14.856)		(2.172)
<b>Saldo exercício atual</b>	<b>78.765</b>	<b>56.108</b>		<b>56.108</b>

Ramos	Média de parcelamento (mês)	31/12/2017						Total
		1 a 30 dias*	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Patrimonial	3	6.346	1.114	1.107	124	42	-	8.733
Responsabilidades	4	6.348	2.229	2.592	501	490	723	12.883
Transportes	1	6.049	397	899	635	697	-	8.677
Riscos Financeiros	2	25.621	7.109	8.037	2.187	796	548	44.298
Demais ramos	3	174	67	98	79	218	373	1.105
<b>Total Vencer</b>	<b>44.538</b>	<b>10.916</b>	<b>12.733</b>	<b>3.526</b>	<b>2.243</b>	<b>1.744</b>	<b>75.700</b>	<b>110.916</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>6.746</b>	<b>1.851</b>	<b>2.431</b>					

continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)**

**16 Contingências Relacionadas a Sinistros**

A Seguradora possui processos de sinistros em demanda judicial, os quais estão registrados na rubrica "Provisões de sinistros a liquidar - Judicial". A administração efetua análise dos riscos envolvidos e análise das perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

	31/12/2017		31/12/2016			
	Valor	Valor	Valor	Valor		
<b>PSL judicial</b>	<b>Quantidade</b>	<b>reclamado</b>	<b>provisonado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>reclamado</b>	<b>provisonado</b>
Provável	50	6.099	4.216	23	4.324	6.766
Possível	188	169.390	36.517	125	60.933	19.030
Remota	133	100.237	2.991	95	121.294	1.459
<b>Total</b>	<b>351</b>	<b>275.726</b>	<b>43.724</b>	<b>243</b>	<b>186.551</b>	<b>27.255</b>

Movimentação das contingências relacionadas a sinistros

	2017
<b>Saldo anterior</b>	<b>27.255</b>
Aviso/Ajuste de estimativa de sinistros	23.443
Atualização monetária e juros	2.513
Pagamentos	(8.333)
Cancelamentos	(1.154)
<b>Saldo atual</b>	<b>43.724</b>

Os processos demonstrados com a classificação de probabilidade remota referem-se, principalmente, a processos com demanda suspensa, inclusive com a análise de peritos que justificam e ratificam a possibilidade de encerramento sem indenização. **Contingências trabalhistas e cíveis:** A Seguradora possui sete ações cíveis com valor reclamado no montante de R\$ 171 (R\$ 169 em 2016 - seis ações), sendo quatro ações com probabilidade de perda possível e outras três ações com probabilidade de perda remota, desta forma não há constituição de provisão. Em 2016, havia cinco ações, três com probabilidade de perda possível e outras duas com probabilidade de perda remota, ambas sem valor de provisão. A Seguradora detém onze depósitos judiciais, sendo vinculados a sinistros em decisão judicial no montante de R\$ 9.807 (R\$ 10.669 em 2016). **Outras provisões:** A Seguradora possui vinte e um processos no âmbito administrativo, sendo quatro processos com probabilidade de perda remota, dezesseis processos com probabilidade de perda possível, todos sem provisão, (em 2016, havia sete processos sem provisão de perda remota e quatro processos com probabilidade de perda possível). A Seguradora não reconhece contabilmente os valores envolvidos em processos administrativos classificados com probabilidade de perda possível e remota. **Ações fiscais:** Em 2015, a Seguradora iniciou discussão judicial, objeto de mandado de segurança sobre os tributos PIS e COFINS, sendo as principais naturezas descritas a seguir: • Restituição dos tributos sobre receitas financeiras vinculadas a ativos garantidores de reserva técnica; • Restituição dos tributos sobre prêmios de resseguro; e • Exclusão das receitas financeiras na base de cálculo a partir de janeiro de 2015. Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos nestas ações de PIS e COFINS em virtude da Seguradora ser o polo ativo.

**17 Patrimônio líquido**

**Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 49.523 e representado por 57.169.664 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 11 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 20.000, conforme Portaria SUSEP/DIORG nº 611. **Reserva legal e estatutária:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. As reservas de lucros são calculadas conforme disposto na Lei nº 11.638/07. **Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social da Seguradora.

**18 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido (CMR)**

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações pela Resolução CNSP nº 343/16, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo: A Resolução CNSP nº 321/15 determina que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2017 a Seguradora apresenta liquidez de 26% equivalente a R\$ 11.999.

	31/12/2017
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>82.070</b>
(-) Despesas antecipadas	(767)
(-) Intangível	(9.107)
<b>(=) Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>72.196</b>
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	
<b>Superavit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP (+)</b>	<b>2.165</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>74.361</b>
Capital Base (a)	15.000
<b>Capital adicional de risco (b)</b>	<b>46.207</b>
Capital adicional de subscrição	39.014
Capital adicional - Risco de crédito	6.334
Capital adicional - Risco operacional	1.506
Capital adicional - Risco de mercado	6.477
Benefício da diversificação	(7.124)
<b>Capital mínimo requerido (maior entre a e b)</b>	<b>46.207</b>
<b>Suficiência de capital</b>	<b>28.154</b>
<b>Suficiência de capital - %</b>	<b>61%</b>

**19 Cobertura das Provisões Técnicas**

	31/12/2017	31/12/2016
Titulos de Renda Fixa - Públicos	203.872	160.509
Titulos de Renda Fixa - Privados	-	2.743
<b>Total dos Ativos Garantidores</b>	<b>203.872</b>	<b>163.252</b>
Provisões técnicas - seguros	353.662	272.747
(-) Provisões técnicas - resseguro	(88.027)	(78.501)
(-) Direitos creditórios	(42.271)	(35.671)
(-) Depósitos Judiciais	(620)	(5.199)
(-) DCD - Redutores da PPNG	(30.871)	(26.151)
<b>Provisões técnicas para garantia</b>	<b>191.873</b>	<b>127.225</b>
<b>Suficiência de cobertura</b>	<b>11.999</b>	<b>36.207</b>
Capital de risco (CR)	46.207	40.752
Suficiência de cobertura	11.999	36.207
Liquidez em relação CR - superior a 20%	<b>26%</b>	<b>88%</b>

**20 Detalhamento de Contas da Demonstração do Resultado**

	31/12/2017	31/12/2016
<b>a) Prêmios líquidos</b>	<b>293.573</b>	<b>256.888</b>
Prêmios diretos	990	785
Consegueros aceitos de congêneres	(23.924)	(17.976)
Prêmios cedidos em consegueros	13.614	(173)
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	<b>284.253</b>	<b>239.524</b>

**b) Prêmios ganhos (principais ramos de atuação)**

Ramos	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade %		Índice de comissionamento %	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Riscos de engenharia	21.216	20.335	69,6%	74,5%	20,7%	21,9%
Riscos diversos	7.516	16.022	115,4%	136,8%	22,0%	23,3%
Responsabilidades	47.540	35.461	24,8%	35,5%	20,5%	21,4%
Transportes	58.002	57.458	58,1%	55,9%	24,9%	25,5%
Garantias	87.386	74.336	58,2%	50,9%	31,3%	27,1%
Fiança locatícia	2.135	2.747	22,7%	0,0%	21,9%	19,6%
Demais ramos	1.034	1.201	29,0%	85,0%	26,8%	23,0%
	<b>224.829</b>	<b>207.560</b>	<b>53,6%</b>	<b>58,1%</b>	<b>26,0%</b>	<b>24,7%</b>

	31/12/2017	31/12/2016
<b>c) Sinistros ocorridos</b>	<b>(80.735)</b>	<b>(120.232)</b>
Indenizações avisadas	(30.277)	(16.186)
Despesas com sinistros	4.357	1.109
Recuperação de sinistros	8.899	10.143
Salvados e ressarcimentos	1.834	(5.112)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(24.582)	(389)
Variação de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	<b>(120.504)</b>	<b>(120.667)</b>

	31/12/2017	31/12/2016
<b>d) Custos de aquisição</b>	<b>(65.484)</b>	<b>(54.726)</b>
Comissões de seguros	5.037	3.780
Recuperação de comissões	(12.052)	(6.423)
Outras despesas de comercialização	14.121	6.009
Variação das despesas de comercialização diferidas	<b>(58.378)</b>	<b>(51.360)</b>

	31/12/2017	31/12/2016
<b>e) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(3.231)</b>	<b>(517)</b>
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(509)
Despesas com inspeção de risco	108	-
Outros créditos operacionais	(45)	-
Outras despesas	<b>(3.168)</b>	<b>(1.026)</b>

	31/12/2017	31/12/2016
<b>f) Resultado com resseguro</b>	<b>27.494</b>	<b>52.177</b>
Receita com resseguro	10.163	4.302
Indenização de sinistros	5.141	892
Despesas com sinistros	-	1.723
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	<b>42.798</b>	<b>59.094</b>

	31/12/2017	31/12/2016
<b>g) Despesas administrativas</b>	<b>(24.814)</b>	<b>(24.264)</b>
Pessoal	(6.807)	(4.498)
Localização e funcionamento	(9.531)	(8.682)
Publicidade e propaganda	(706)	(551)
Publicações	(52)	(190)
Donativos e contribuições	(58)	(29)
Outras	(102)	(140)
	<b>(42.070)</b>	<b>(38.354)</b>

	31/12/2017	31/12/2016
<b>h) Despesas com tributos</b>	<b>(4.805)</b>	<b>(4.859)</b>
COFINS	(744)	(861)
PIS	(164)	(85)
Impostos municipais	(1.260)	(1.078)
Taxa de fiscalização	(75)	(62)
Outros	<b>(7.048)</b>	<b>(6.945)</b>

**MEMBROS DA DIRETORIA**

José Marcelino Risdén

Leandro Garcia Okita

Miguel Gomes da Silva Neto

Alexandro Barbosa Sanxes

**ATUÁRIO RESPONSÁVEL**

Sergio José Leonardi - Atuário - MIBA nº 411

**CONTADOR RESPONSÁVEL**

Sergio Luiz Matias - CRC 15P 215417/O-5

**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Diretores da **Berkley International do Brasil Seguros S.A.** São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Berkley International do Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas

demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Berkley International do Brasil Seguros S.A.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidas da Berkley International do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos quadros estatísticos de prêmios e sinistros e no FIP, em seus aspectos mais relevantes, cujas ações para regularização estão em processo de análise pela Companhia. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita acima. São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

Joel Garcia  
Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.  
CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0001-55  
Rua Arquitecto Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar,  
Edifício EZ Towers, torre A, 04711-904, São Paulo - SP - Brasil

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Diretores da **Berkley International do Brasil Seguros S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Berkley International do Brasil Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Berkley International do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração,

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Berkley International do Brasil Seguros S.A.**

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017
<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro auditados</b>	<b>353.662</b>
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>353.662</b>
<b>Total de ativo de resseguro</b>	<b>109.642</b>

	31/12/2017
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>353.662</b>
Valores redutores (b)	161.789
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>191.873</b>

	31/12/2017
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>15.000</b>
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	46.207
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>46.207</b>

	31/12/2017
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>74.361</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	74.361
Exigência de Capital (CMR) (b)	46.207
<b>Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>28.154</b>
Ativos Garantidores (d)	203.872
Total a ser Coberto (e)	191.873
<b>Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>11.999</b>
Ativos Líquidos (g)	11.999
Capital de Risco (CR) (h)	46.207
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (i = g / h)</b>	<b>26%</b>

(\*) O índice de liquidez em relação ao Capital e Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%

	31/12/2017
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção</b>	<b>3.478</b>
0167, 0171, 0310, 0351, 0378, 0621, 0622, 0632, 0652, 0654, 0655, 0739, 0740, 0745, 0746, 0747, 0750, 0775, 0776, 0982, 1130, 1162	

**Anexo I**

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

KPMG  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 25P014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 15P252419/O-0